



Diário Notícias
Dinheiro Vivo

02-05-2020

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 23750

Temática: Indústria

Dimensão: 2351 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/12/13

ESTADO DA NAÇÃO — P. 12-13

Líder da CIP:
“Estado tem
de devolver os
500 milhões que
deve a empresas”

DEBATE

“O Estado tem de devolver os 500 milhões que deve às empresas” para as apoiar na crise

Líder da CIP diz que o apoio às microempresas é prioritário porque representam 80% dos *lay-offs*. Muitas não vão conseguir reabrir em maio, sustenta.

—CARLA AGUIAR

“Se o Estado devolvesse parte dos 500 milhões de euros que deve às empresas já seria uma grande ajuda para enfrentar a crise provocada pela pandemia de covid-19”, disse o presidente da CIP. “Continuamos a não perceber e a não aceitar este atraso”, protestou António Saraiva, ao mesmo tempo que lamentou a ausência de resposta do governo às propostas apresentadas a 1 de abril pela Confederação Empresarial de Portugal para mitigar os efeitos da paragem forçada da economia e que, “no seu conjunto, visavam poupar 500 mil postos de trabalho”.

O líder da CIP falava nesta quarta-feira no Estado da Nação, o programa da TSF e do Dinheiro Vivo, em parceria com o Santander, em que participaram ainda o economista e professor do ISEG, João

Duque, e o economista-chefe do Santander, Rui Constantino.

De um pacote de sete medidas, Saraiva destacou a disponibilização a fundo perdido de uma parte dos apoios. Em segundo lugar defendeu que o Fundo de Estabilização da Segurança Social – “que

“Esta crise pode e deve redesenhar o equilíbrio entre as potências. Ficámos boquiabertos com o nível de dependência da China.”

—JOÃO DUQUE

Economista e professor do ISEG

tem 20 mil milhões de euros e investe em dívida pública – pudesse canalizar 15% a 20% para investir e capitalizar empresas”, em determinadas condições. “Tudo isto já deveria estar a ser equacionado por um gabinete de crise, mas nem nos deram resposta”, acusou. “Com estas medidas, incluindo a devolução das dívidas, estávamos salvar pelo menos 500 mil postos de trabalho.”

Agora, com o fim do Estado de Emergência e a retoma gradual da atividade, as preocupações centram-se nas adaptações necessárias que, dos pequenos aos grandes, os empresários vão ter de fazer para retomarem atividade. E todas elas exigem investimento. Daí que João Duque defenda que “faría sentido que o apoio fosse extensível a algum investimento que tem de ser feito em função da dimensão da empresa”, referin-



LEONARDO NEGRÃO/GLOBAL IMAGES

do-se por exemplo, à alteração de estruturas, higienização permanente ou compra de certos equipamentos numa altura em que não há receitas. “Se as empresas não fizerem esse investimento não conseguem convencer nem os trabalhadores, nem os clientes, mas é vital que as empresa deem sinais evidentes aos clientes de que houve alteração nas regras de segurança.”

Sobre o regresso das empresas à atividade a partir de 2 de maio, data em que termina o estado de

emergência, António Saraiva afirma não saber quantas das associadas da CIP estarão em condições de o fazer. “É muito difícil saber”.

A CIP criou um questionário com o ISCTE, que vai apresentar semanalmente ao país a partir de segunda-feira e que abrange um conjunto de indicadores, revelou o líder dos patrões. “Na restauração, por exemplo, há uns que conseguem abrir, mas outros não. Na indústria é a mesma coisa.”

“A Autoeuropa reabriu com limitações, a Continental Mabor tam-

sábado, 2 de maio de 2020
www.dinheirovivo.pt

13



1. António Saraiva, presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), faz parte do painel de debate.
2. Rui Constantino, economista-chefe do Santander Portugal.
3. João Duque, economista e professor do ISEG.



Seguindo a mesma linha de raciocínio, de que os novos tempos exigem posturas mais flexíveis, também João Duque se mostrou favorável às aplicações que permitem o rastreio anónimo das redes de contágio por covid-19, como a que foi apresentada esta semana em Portugal por duas universidades. “Há que confiar nas características daqueles que produzem o *software*, mas há sempre a possibilidade de pedir a entidades independentes, nomeadamente a consultoras, que façam as validações das aplicações, de modo a garantir credibilidade à especificação técnica da aplicação”, sustenta. “Tem de haver algum bom senso da Comissão Nacional da Proteção de Dados. São tempos excecionais. Não se trata de derrogar a lei mas de a aplicar com sensatez”, refere o professor do ISEG.

De resto, os restantes oradores do debate alinham com António Saraiva, quando este sublinha que “tem de haver um equilíbrio entre contenção da epidemia e funcionamento da economia, porque os indicadores revelam que o país não suporta muito mais tempo este encerramento”.

Rui Constantino adianta que, no Santander, por exemplo, “uma parte significativa dos serviços deverá continuar em teletrabalho e “vai haver um período de adaptação em que durante mais algumas semanas se continuará a trabalhar a partir de casa e depois com alguma rotatividade das equipas no escritórios”. Mas, sublinha, “ficou provado que, mesmo no retalho, é possível fazer à distância, mantendo o acompanhamento do cliente”.

O dinheiro chega lentamente

Questionado pela diretora do Dinheiro Vivo, Rosália Amorim, que moderou o debate, sobre se o dinheiro das linhas de crédito está ou não a chegar às empresas, Rui Constantino confirma que “ao longo da última semana foram feitas algumas contratações e alguns contratos estão em fase de entrega do dinheiro”. Mas admite: “Estamos ainda numa fase incipiente.” E alude à recente audição dos bancos no Parlamento, na qual “todos falaram num período para a conclusão do processo que poderia atingir até 20 dias”.

“Na última semana, foram feitas algumas contratações e alguns contratos estão na fase de entrega de dinheiro, no âmbito das linhas de crédito.”

— RUI CONSTANTINO
Economista-chefe do Santander

Saber quanto do dinheiro anunciado pelo governo já chegou efetivamente às empresas é imprevisível para António Saraiva, que continua a exigir respostas do governo, sem sucesso, e a criticar a morosidade de todo o processo.

“Os dados dizem que 80% das empresas que estão em *lay-off* são micro e pequenas empresas com um máximo de dez trabalhadores e que 12% têm entre 11 e 20 pessoas”, aponta o líder da CIP, para concluir: “Esta é a micro-realidade empresarial a (que é preciso) dar prioridade.” E sublinha: “Receio que muito deste *lay-off* venha a transformar-se em desemprego, pois o país está numa crise de dimensão nunca vista.”

A vacina de Bruxelas e o equilíbrio de poderes

Sobre o recente anúncio da Comissão Europeia de que uma parte do dinheiro para a recuperação das economias seria a título de subvenção, João Duque considera que é preciso esperar para ver quanto chega em empréstimos e em subvenções. “Isso faz diferença, porque se um país já endividado se endividar mais, isso

aumenta as dificuldades no reembolso da dívida total.” O economista avalia o volume de apoios como “interessante”, mas adianta que vai depender do tempo que a crise demorar. Pergunta crucial para João Duque é saber para que setores vai ser orientado esse investimento, porque “nessa orientação estará subjacente uma conceção da Europa”. Assim, “não é indiferente fazer o investimento numa lógica de relocar na Europa indústrias que foram para a China ou continuar nessa senda e investir em setores que não repõem algum equilíbrio nas dependências entre a Europa e a Pequim.”

O professor, tal como os restantes oradores, acredita que esta crise pode e deve ajudar a redesenhar o equilíbrio entre potências. “Ficámos boquiabertos quando verificámos quão dependentes estamos de outras geografias para tudo: 80% da base de medicamentos baratos, como analgésicos, vem da China”, exemplifica.

Também António Saraiva considera que “nada ficará como antes”. “Esta crise traz-nos a constatação da elevada dependência que temos nomeadamente da Ásia.” Mas, na opinião do empresário, “as empresas globais tenderão a preferir lucros mais baixos e não darão tanta prioridade ao baixo custo e ao *off-shoring*, mas vão preferir a resiliência, recorrendo mais à proximidade, com maior estabilidade”. Neste campo, identifica “uma excelente oportunidade para Portugal, com uma produção mais perto dos mercados, porque as tecnologias hoje são globais”.

O líder da CIP considera que esta crise vai obrigar os países a inverterem os erros estratégicos que se cometeram de desindustrialização na Europa e em Portugal e na deslocalização para a China.

bém. E, ao mesmo tempo, “há empresas industriais que se adaptaram e estão gradualmente a absorver mais trabalhadores, à medida que vão saindo deste confinamento e vão recebendo encomendas ou redirecionam a sua produção, por exemplo, para o fabrico de máscaras e estão em plena produção”, observou.

Comissão de Proteção de Dados é “fundamentalista”

A preocupação com a segurança na reabertura das empresas é ago-

ra incontornável e a medição da temperatura aos trabalhadores gerou polémica esta semana. O presidente da CIP defende-a como medida de saúde pública e considera que “a Comissão Nacional de Proteção de Dados não pode ser tão fundamentalista nos seus princípios, nesta fase de exceção em que nos encontramos”. O comentário de António Saraiva referia-se às reservas levantadas por aquela entidade. O dirigente instou o Executivo a viabilizar uma solução.

O Estado da Nação Guia prático

Todas as semanas, um guia útil para ajudar as empresas a vencer a tempestade viral pode ser ouvido na antena da TSF, às quartas-feiras, às 16.00, e lido aqui em dinheirovivo.pt. Um debate moderado por Rosália Amorim, diretora editorial do Dinheiro Vivo.

